

Agora, vem o pacote dos salários

Marcos de Oliveira

O pacote econômico aprovado hoje pelo Conselho Monetário Nacional poderá não ter nenhum efeito positivo, se o governo, a curíssimo prazo, não desindexar a economia ou expurgar o aumento de preços decorrente da retirada dos subsídios na formação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Essa alternativa foi definida ontem, por todos os representantes do setor privado no CMN. De acordo com o assessor especial para Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Akihiro Ikeda, os estudos deverão começar imediatamente, para escolher a melhor solução.

O ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, que também é um ardoroso defensor da desindexação lenta e gradual da economia, saiu da reunião bastante satisfeito, porque os empresários finalmente defenderam a sua tese. Para Camilo Penna, há uma verdadeira necessidade de se fazer um expurgo, senão as medidas aprovadas ontem, não terão efeito. Ele reconhece que o pacote tem os "seus métodos próprios", mas ressalva que eles só serão ampliados se houver o expurgo.

Já o professor Otávio Gouveia de Bulhões, ex-ministro da Fazenda do governo Castelo Branco, saiu da reunião bastante nervoso, e explicava, que, se o governo tivesse aplicado a sua

tese, as coisas não estariam na situação atual. Gouveia de Bulhões é a favor do congelamento do saldo dos empréstimos, de modo a provocar a redução da expansão monetária. No seu entender, o governo deverá optar pela desindexação ou expurgo, imediatamente. Ele foi contra a redução dos subsídios à agricultura, mas reconhece que, diante da situação atual, o governo tinha de tomar algumas medidas, como as constantes no pacote.

O professor Bulhões acha que é necessário, uma forma política para aprovar a medida de desindexação, que infelizmente tem de ser feito no INPC e na correção monetária. Ele disse que o Fundo Monetário Internacional (FMI) vai reagir contra as medidas, "se agir dentro da sensatez". O professor acha que o prazo máximo para se fazer o expurgo ou desindexação é de três a quatro meses.

Para o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Luiz Eulálio Bueno de Vidi gal Filho, a desindexação é necessária, ele considerou as medidas "coerentes e necessárias", mas disse que se não houver o expurgo o pacote será de uma "eficiência duvidosa". Finalizando Vidi gal afirmou que "o setor privado ao assumir uma postura de unanimidade à desindexação, reduz a responsabilidade do setor privado e a

transfere para a classe política". Da inflação, na opinião geral, deve ser expurgado os preços do petróleo, açúcar e trigo, principalmente.

Abilio Diniz, diretor-superintendente do Grupo Pão de Açúcar, achou as medidas boas, mas acredita que se o governo não desindexar ou expurgar do INPC e da correção monetária o reflexo de alguns reajustes, as medidas fracassarão, e, pior de tudo, o próprio governo vai se complicar na condução do processo econômico. Por isso, ele acha que é necessário que as autoridades tomem uma posição.

O presidente do Banco Econômico, Angelo Calmon de Sá, entende que o redutor é necessário, para o governo conseguir controlar a economia. Mas, ele, mostrando uma posição radical, disse que o governo deve reduzir o seu déficit público, e uma das melhores alternativas para isso é reduzindo a folha de pagamento das empresas estatais. Ele disse que o universo dos salários representa 60% da renda nacional. Ao defender também a dispensa de empregados das estatais, Calmon de Sá lembrou que a folha de pagamento anual do Banco do Brasil gira entre de 1,5 a 2 bilhões de dólares.

Calmon de Sá entende que deve haver uma maior participação da classe política no debate

sobre a desindexação. Ele acha que é o Congresso Nacional quem deve decidir a melhor fórmula de ajuste da economia. Isso também torna-se evidente, explicou, porque essa decisão não poderá ser através de decreto-lei, como o Executivo Federal costuma fazer. Por isso, tem de ser discutido mais amplamente nas duas Casas do Legislativo.

O presidente do Banco Econômico não quis fazer qualquer previsão sobre o reflexo das medidas na inflação, mas acredita que se o governo optar por uma das duas alternativas solicitadas pelo setor privado, no final do ano a inflação poderá chegar a 70%. Já José Carlos de Moraes Abreu, do Banco Itaú, que também é favorável à desindexação, informou que se o governo não tomar as medidas reivindicadas, no final do ano a inflação poderá atingir um patamar superior a 150%. Se ultrapassar esse índice, em sua opinião, vai ficar muito difícil de administrar o país.

Mas, os empresários pedem que o governo desindexe a economia ou faça o expurgo. No entender do assessor de Delfim Netto, Akihiro Ikeda, no linguajar empresarial desindexação tem o mesmo significado de expurgo. Depois Ikeda falou que os estudos para encontrar a melhor fórmula vão começar imediatamente.



Os empresários puderam falar à vontade, para cobrar a desindexação da economia